



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

O USO DE TECNOLOGIAS NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS ACESSÍVEIS PARA DEFICIENTES VISUAIS

Márcio da Silva Ribeiro¹
Edinaldo Bomfim Sales²
Cristiane Silva de Oliveira³

JUSTIFICATIVA

O programa de acessibilidade defendido pelas instituições governamentais como também pelas instituições não-governamentais colocam em evidência a importância de se fazer com que a sociedade, num processo de socialização e sensibilização, possa construir valores que permitam às pessoas com necessidades especiais levar um estilo de vida absolutamente contemplado com todas as atividades que um ser humano deseja desempenhar. Como exemplo, temos o programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais - SRM, onde há um aparelhamento tecnológico para melhorar o atendimento educacional especializado – AEE, o programa de formação continuada de professores na Educação Especial, ambos são do Governo Federal em parcerias com os Estados e Municípios.

Desde o final do século passado que as políticas de inclusão têm se colocado como o novo paradigma, que desafia a sociedade a conviver e respeitar aqueles indivíduos que possuem necessidades especiais, como os deficientes visuais.

1 Licenciado em Ciências Naturais e professor do AEE na rede estadual de ensino e no Centro de Apoio Pedagógico para o Deficiente Visual – CAP/DV. Especialista em Tecnologias em Educação e Educação Especial. Mestrando do curso de Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie. *E-mail: msripf@hotmail.com.*

2 Pedagogo e professor do AEE na rede estadual de ensino e no CAP/DV. Especialista em Tecnologias, Linguagens e Educação Inclusiva. Graduando do curso de Direito da UNIFESSPA. *E-mail: edinsales@hotmail.com.*

3 Licenciada em Matemática professora no CAP/DV. Especialista em Educação Matemática e em Educação Especial. *E-mail: cristhepadua@hotmail.com.*



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

No Séc. XIX, surgiram na Europa e nos Estados Unidos escolas com a mesma proposta educacional. Um novo sistema com caracteres em relevo para escrita e leitura de cegos é desenvolvido por Louis Braille e tornado público em 1825 – o Sistema Braille. Este sem dúvida era o maior avanço que Braille conseguiu, utilizando artefatos disponíveis para época. (BRUNO e MOTA, 2001, p. 26).

A proposta desse trabalho, baseia-se na apresentação e aplicação das tecnologias como forma de promover a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, seja na produção de materiais didáticos ou de uso comum. Assim dentro do eixo temático na qual se enquadra esse trabalho, buscamos explorar e aplicar os recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e de Tecnologia Assistiva - TA, uma vez que inseridas nas salas do AEE, onde temos muitos profissionais que mesmo passando por várias formações na educação especial sentem-se pouco preparados para adequação, por exemplo, de conteúdos para alunos com deficiência visual. Tais recursos requer dos professores que prestam esse atendimento, uma formação não apenas teórica, mas que devam ser considerados a prática como fundamental para essa preparação e com qualidade, haja visto que tais materiais são na verdade o que servirão de guia para vida do deficiente visual seja no âmbito escolar ou na sociedade em que estão inseridos, esses mesmos recursos poderão produzir uma confiança para que sua utilização redunde na sua efetiva autonomia.

TECNOLOGIA E ACESSIBILIDADE

O avanço tecnológico tem proporcionado mudanças profundas na sistematização da produção e também, na esfera social. São inevitáveis as inúmeras mudanças de caráter técnico e de caráter social como (valores morais, de consumo e mudanças de padrão de comportamento). Mesmo que aconteça de forma desacelerada, as mudanças causadas pelo avanço tecnológico acabam se tornando uma realidade nos espaços escolares.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

A escola por sua vez, deve funcionar como um espaço colaborativo, com capacidade de mobilização de conhecimentos a respeito das novas tecnologias, criando condições concretas para que os indivíduos possam estar manipulando essas e dando sentidos novos a elas. Superando assim, a exclusividade do sentidos convencionais das novas tecnologias, que sempre legitima a lógica de mercado.

A escola, na visão de PORTO (2006), legitimam normas sociais, também reproduz a ideologia dominante; mas não possuem atrativos para conquistar as pessoas. O que leva muitos alunos a frequentá-la pela coercitividade imposta pela família, pelo mercado, pelo Estado, etc.

As novas tecnologias no espaço escolar, por exemplo, dinamiza o ensino por dispor de uma leva de técnicas que permite a diversidade de linguagens. BORGES (2003) ressalta que a tecnologia tem hoje um papel fundamental na vida das pessoas, e para as pessoas com deficiência visual poderá se tornar imprescindível. Citaremos algumas para os alunos com essa deficiência.

Para os alunos com baixa visão, está disponível no mercado, recursos como as lupas eletrônicas, as primeiras lupas foram perdendo espaço para essa tecnologia, que existe das versões portáteis até as grandes lupas ligadas a um monitor, com recursos de contraste de cor, diferencial que as lupas manuais não ofereciam; a lente de aumento também é um recurso nativo na grande parte de sistemas operacionais para computadores; o recurso OCR, permite que a digitalização de impressos para qualquer editor de textos seja editável, scanners que já leem os textos sem a necessidade de digitalizá-los e para posterior leitura por algum software de leitura, câmeras acopladas a monitores de tela plana, promovendo assim a ampliação de livros e jornais para uma leitura na mesa.

Os equipamentos como as impressoras braile e a máquina fusora que é uma espécie de impressora térmica, são de extrema relevância na produção de materiais para alunos com cegueira total. A impressora térmica permite a produção de materiais que foram impressos em uma impressora comum para que possam imprimir em relevo. Um grande avanço, pois a utilização de



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

mapas geográficos e conteúdos de ciências que ficavam apenas no campo da abstração por parte das pessoas cegas, agora passaram a ter mais sentido com o tato. Os softwares como sintetizadores de voz que auxiliam esses alunos nas operações com computadores, inclusive o uso da Internet são também imprescindíveis para essas pessoas. Um dos mais usado no Brasil e de distribuição gratuita é o MonitVox, pacote que está dentro do sistema DOSVOX do Núcleo de Computação Eletrônica NCE, da UFRJ; o NVDA um software gratuito e que tem a versão em português brasileiro, passou a ser bem difundido pelos usuários; o Jaws, o melhor leitor de telas avaliados pelos cegos, o Virtual Vision da empresa MicroPower, este último é dito software proprietário, o usuário tem que pagar a licença para utilizar. Além de fabricar um sintetizador de voz, a UFRJ também criou um conversor de textos comuns para o sistema braile (Braille Fácil) permitindo que textos dos processadores simples como Word, possam ser formatados e impressos em braile, (BRUNO e MOTA, 2001, vol. 3). O editor de textos chamado Edivox foi um marco para que os cegos pudessem escrever de uma forma que as pessoas sem deficiência visual tivessem acesso aos escritos daqueles, e por esta ótica o contrário é perfeitamente aplicável, pois agora poderíamos escrever e os cegos lerem.

Um outro recurso que destacamos é a produção de mídia digital no formato MP3, um formato de compressão de áudio com perdas que são pouco perceptíveis, dependendo da qualidade utilizada. Softwares com esse recurso possibilitam ter um acervo literário imenso em dispositivos portáteis muito utilizados hoje como os pendrives, cartão de memória, este que por sua vez podendo ser utilizados nos smartphones, dando um acesso ilimitado ao deficiente visual que não conseguir portar um computador toda vez que precisar acessar seus conteúdos digitais.

Por mais que nos apropriamos de uma concepção amadurecida que revela que as tecnologias dinamizam o ensino, ainda precisamos resolver questões básicas de logística, acesso à rede mundial de computadores, altos



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

custos, etc. Outra variável determinante seria a mudança de postura das escolas que segundo Raquel G. Barreto (Marinho-org., 2001, p.208).

Se a escola pretende responder às adversidades dos seus alunos, seguramente terá que adotar posturas semelhantes ao da mídia, neste aspecto de linguagem. Do contrário, continuará sendo um dos últimos espaços sociais a se beneficiar dos recursos das novas tecnologias.

Nessa perspectiva entendemos que adotar uma tecnologia de ensino para se trabalhar com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais é uma atitude acertada. Pois além de oferecer recursos técnicos, didáticos e equipamentos com softwares adaptados para esta finalidade, é um tipo de ensino que permite ao indivíduo está sempre em sintonia com os progressos do mundo.

O espaço educacional continua sendo um dos últimos espaços a ser contemplado pelo benefícios trazido pelas tecnologias de informação e comunicação. Fundamentando-nos na concepção de BRASLAVSKY (2004, p.79), nos leva a crer que, ao se pensar em revolução tecnológica associada à mudanças sociais (em particular a educacional), acreditamos que isso só vem se configurando no campo utópico, que serve de modelo a ser seguido pelas sociedades; mas que dificilmente será efetivado.

OBJETIVOS

Geral

Conhecer alguns recursos das TICs e de TA, presentes nas Salas de Recursos Multifuncionais e nos Centros de Apoio Pedagógico para o Deficiente Visual - CAP/DV, e como se dá a produção de materiais acessíveis no formato impresso e áudio para deficientes visuais.

Específicos

- Apresentar os recursos para a produção de livros acessíveis à pessoas com deficiência visual;

12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

- Explorar os recursos tecnológicos que possam ser usados pelos professores do AEE como: impressoras braille e softwares leitores de tela, conversores de texto e editores de texto adaptados;
- Discutir a inserção de novas tecnologias e suas aplicações efetivas partindo dos centros especializados para a sociedade local.

METODOLOGIA

PROPOSTA	ATIVIDADE	RECURSOS UTILIZADOS	PERÍODO
Explicação sobre os avanços da tecnologia voltada para os deficientes visuais.	Exposição teórica sobre as TICs e Tecnologia Assistiva e seus principais avanços tecnológicos.	Apresentação em slides e vídeos.	90 minutos
Mostra dos recursos que serão utilizados.	Os participantes terão a oportunidade de conhecer mais de perto os recursos tecnológicos que os ministrantes irão utilizar na produção de material acessível. Momento para tirar dúvidas acerca da função dos mesmos.	Computador com softwares (leitores de tela, sintetizadores de voz), impressoras braille, máquina fusora, livros em braille, livros em fontes ampliadas, máquina braille Perkins, reglete e punção,	30 minutos
Discutir a inserção das novas tecnologias no AEE das SRM e o papel dos CAP/DV, no ensino e na produção de materiais para os deficientes visuais.	Debate com todos os participantes sobre essa inserção das tecnologias no AEE.	Vídeos e apresentação com descrição das imagens descritas.	90 minutos
Como produzir impressos que atendam alunos com baixa visão.	Os ministrantes irão demonstrar como adaptar conteúdos curriculares didáticos e paradidáticos do ensino comum em formato ampliados de fontes que atendam as especificidades de alunos com baixa visão.	Computador, scanner com recurso OCR, impressora laser, copiadora no formato A3, softwares como: editor de texto, papéis no formato A3 e A4.	30 minutos
Produção de impressos em braille.	Os ministrantes farão adaptações de conteúdos curriculares didáticos e paradidáticos do ensino comum para a escrita Braille.	Computador, scanner com recurso OCR, impressora braille, softwares como: editor de texto, braille fácil, papel braille.	45 minutos
Produção de conteúdos em áudio.	Os ministrantes mostrarão como converter textos e livros no formato mp3 e utilizá-los nos dispositivos móveis de armazenamento.	Computador, pendrives, scanner com recurso OCR, softwares como: editor de texto, DosVox, TextAloud.	20 minutos
Utilização da máquina fusora (impressora térmica).	Os participantes observarão a confecção de materiais em relevo, ideal para professores de geografia quanto a utilização de mapas e	Computador, máquina fusora, paper swell, impressora laser.	25 minutos

12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

	professores de ciências na confecção de átomos e células em relevo.	
Considerações finais.	Debate com os participantes e avaliação final pelos mesmos.	Vídeos e ficha impressa de avaliação do minicurso. 30 minutos

RECURSOS MATERIAIS

1. Computador;
2. Softwares: DOSVOX, NVDA, Sintetizadores de fala, Braille Fácil, TextAloud;
3. Pendrives;
4. Impressoras Braille: ROMEO Pro 50; Index Basic DV 3;
5. Impressora laser e copiadora no formato A3;
6. Máquina Fusora;
7. Máquina Braille Perkins;
8. Reglete positiva e punção;
9. Papel sulfite e paper swell (papel especial para fusora);
10. Papel contínuo para impressora braille, com gramaturas entre 120g/m² a 180g/m²;
11. Livros em Braille;
12. Livros em fontes ampliadas.

REFERÊNCIAS

BORGES, José Antônio dos Santos. Impactos das Tecnologias de Informação sobre os Deficientes Visuais. In: SILVIA, Shirley e VIZIM, Marli (org). **Políticas Públicas: educação, Família e Pessoas com Deficiência**. Campinas. São Paulo: Mercado e Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003. p.219-254.

BRASLAVSKY, Cecília. As políticas educativas ante a revolução tecnológica, em um mundo de interdependências crescentes e parciais. In: TEDESCO, Juan Carlos (org.) **Educação e novas tecnologias: esperanças e incertezas?** São Paulo: Cortez, 2004, p. 77-94.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia e MOTTA, Maria Glória Batista da, **Deficiência Visual, Série Atualidades Pedagógicas**, Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2001.



MARINHO (org.). Ler e investigar: **espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de letras, 2001.

PORTO, Tânia Maria Esperon. As tecnologias de Comunicação e informação na Escola: relações possíveis, relações construídas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, p. 43-57, Jan./abr. 2006.

PRÁTICAS DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM SURDEZ NA PERSPECTIVA BILÍNGUE EM ESPAÇOS DE AEE⁴

⁴ Espaços de AEE – espaço de Atendimento Educacional Especializado.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Francisca Maria Cerqueira da Silva⁵

JUSTIFICATIVA

A educação de surdos atualmente no Brasil e no mundo está pautada em uma abordagem bilíngue. O bilinguismo para os sujeitos surdos constitui-se no domínio ou competência em duas línguas⁶, a língua de sinais (primeira língua para o indivíduo surdo – L1) e a língua oral-auditiva (segunda língua – L2), no caso dos surdos brasileiros a Libras – Língua Brasileira de Sinais e a LP – Língua Portuguesa.

As políticas linguísticas no âmbito educacional no Brasil reconhecem a língua brasileira de sinais enquanto língua nacional, pois a Lei 10.436/2002 reafirma o seu estatuto linguístico, mas assinala que esta não pode substituir a língua portuguesa. As orientações na legislação brasileira são para que o ensino de LP seja efetivado como segunda língua para surdos em função desta ser a língua oficial do país, portanto língua de identificação das pessoas brasileiras e do próprio ensino. Portanto, o Decreto n.º 5.626/2005, que regulamenta a lei acima citada, ressalta que a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngue, orientando o acesso à educação por meio da língua de sinais e o ensino da língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua.

Entretanto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) prevê a inclusão dos alunos surdos junto com ouvintes nas escolas comuns, com acompanhamento em salas de recursos multifuncionais, desconsiderando todos os estudos dos últimos anos que mostram a fragilidade deste sistema no sentido de proporcionar aos surdos os

⁵ Mestre em Letras pelo PPGL-ProfLetras-UFT-Universidade Federal do Tocantins; Professora de Sala de Recursos Multifuncional-Educação Especial da rede estadual de ensino em Marabá (francisca.cerqueira@gmail.com)

⁶ Não há na literatura uma única definição/conceito de bilinguismo ou de competência bilíngue. Santana, (2007, p. 168-169) ressalta que alguns conceitos se diferenciam quanto à definição de competência, de contexto, de idade de aquisição, de domínio ou de função de usos das línguas. Na área da surdez, alguns pesquisadores como Sá (1999, p. 38) defendem uma competência plena nas duas línguas, já Santana, discute se essa competência plena seria possível.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

recursos necessários ao atendimento de sua especificidade linguística, pois uma educação bilíngue não tem sido possível nesse modelo. Stumpf (2008) apresenta um levantamento da situação dos surdos nas escolas comuns e ressalta que os surdos não estão tendo acesso de fato à educação escolar pela falta de conhecimento específico da situação linguística e cultural desses sujeitos neste espaço social, segundo a autora, em função das questões relacionadas a:

[...] a falta de professores surdos, o pouco domínio pelos professores ouvintes da Libras [...] o desconhecimento de toda a comunidade escolar das reais implicações da surdez e a dominância dos estereótipos da deficiência. (STUMPF, 2008, p. 23).

Havemos, portanto, de considerar que uma educação bilíngue para alunos com surdez, no atual paradigma da inclusão ainda não se faz efetiva. Para se desenvolver linguisticamente um indivíduo precisa desde tenra idade interagir em uma comunidade linguística, o que não acontece com os surdos, em sua maioria. Nessa situação, o resultado tem sido uma situação de isolamento linguístico, conforme afirma Slomski (2011, p.69):

[...] a criança surda vive numa situação que pode ser caracterizada como de isolamento linguístico, porque não recebe a informação (“input” linguístico da língua sinalizada) de que necessita para adquirir naturalmente um sistema linguístico.

A legislação prevê que as escolas tenham professores bilíngues para que a instrução seja dada em língua de sinais, e na falta de professores bilíngues que haja intérpretes de Libras, e ainda que a Língua Portuguesa seja ensinada como segunda língua. No entanto, a situação dos surdos nas escolas é bem diferente disso. E o resultado é gravíssimo, conforme afirma Lacerda (2006, p. 176):

Ao final de anos de escolarização, a criança recebe o certificado escolar sem que tenha sido minimamente preparada para alcançar os conhecimentos que ela teria potencial para alcançar (em muitos casos, termina a oitava série com conhecimentos de língua portuguesa e matemática compatíveis com a terceira série). Esta realidade é gravíssima e tem se repetido no Brasil, a cada ano. Torna-se urgente intervir e modificar estes fatos.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Mesmo nos espaços pensados pelo MEC (Ministério da Educação) como paliativo para a falta de profissionais habilitados para ensinar o surdo na escola comum, que são os espaços identificados como Salas de Recursos Multifuncionais-SRM, onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado-AEE, a problemática continua, pois nestes espaços muitas vezes o profissional que lá atua não tem domínio da língua de sinais e nem das estratégias de ensino de segunda língua para o ensino da Língua Portuguesa.

É nesse contexto, uma escola sem as reais condições de atendimento às suas especificidades linguísticas, que os surdos tem tentado ser bilíngues, ou lhe tem sido imposta essa condição. Sobretudo lhe é imposto aprender LP, mas os registros históricos tem mostrado que na sua grande maioria os surdos não se tornam competentes nesta segunda língua. Não se tornam leitores competentes e muito menos escritores competentes, o que se torna mais pungente hoje com a inclusão de alunos surdos nas escolas comuns, juntos com ouvintes e sem as adequações necessárias para que o surdo se desenvolva linguisticamente. E daí também a luta dos surdos por escolas bilíngues, espaços onde haverá realmente a possibilidade para que o surdo aprenda a sua primeira língua e com ela consiga se desenvolver para conseguir aprender a segunda língua, a Língua Portuguesa.

Na área de educação de surdos, todas as pesquisas indicam que os sujeitos surdos, em sua maioria, mesmo depois de anos de escolarização não tem conseguido se tornar sujeitos letrados, ou seja, aquele sujeito que se envolve em práticas sociais de leitura e escrita. As discussões sobre letramento na educação de surdos, embora envolva a aquisição da L1 – a língua de sinais – estão localizadas no âmbito do domínio da segunda língua, a Língua Portuguesa. As discussões giram em torno do fato de o surdo não se apropriar dessa segunda língua em níveis que possam ser considerados de letramento. Geralmente aprendem a decodificar palavras sem conseguir extrair significado de um texto.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Se há uma preocupação de que a prática de letramento na escola para as crianças ouvintes esteja sendo somente a prática de alfabetização restrita à “aquisição de códigos (alfabético, numérico)”, com relação ao surdo isto é muito mais preocupante. Botelho (2005, p. 63), a partir de sua pesquisa sobre letramento de surdos, diz que no ensino desses sujeitos, de modo equivocado, “a perspectiva de construção do sentido do texto está associada à ideia do domínio das palavras”, entretanto, as dificuldades de interpretação e produção textual dos surdos não depende de este conhecer uma gama enorme de palavras, pois mesmo quando apresenta o conhecimento de um grande montante do léxico “não sabem considerar o contexto”. É oportuno pensar em estratégias de ensino que possam ser utilizadas para o ensino e aprendizagem das duas línguas envolvidas no processo educacional desse sujeito, possibilitando seu desenvolvimento global, inserindo-o em contextos que promovam o letramento.

Em uma organização que atendesse a necessidade de educação bilíngue para alunos surdos, as estratégias teriam que ser no mínimo as seguintes:

1. A organização adequada do ensino (por exemplo, com um plano de ensino bilíngue – para ensino da Libras como L1 e da LP como L2);
2. A organização do espaço de ensino (a criação de ambientes sinalizados⁷ – ambientes onde todos sabem língua de sinais e esta seja a língua de instrução pelo menos nos primeiros níveis de ensino. Para tanto, é preciso que haja formação continuada na escola para todos os profissionais);
3. Profissionais habilitados para esse ensino – professores surdos e professores ouvintes bilíngues (a partir da formação específica dos professores que atuam com surdos);
4. A interação do surdo com a comunidade surda, pois muitos surdos ainda estão isolados e sabe-se que interagindo com outros surdos usuários da

⁷ Slomski, 2011.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

língua de sinais é que este sujeito desenvolverá a sua língua de modo natural e espontâneo e a sua identidade surda;

5. A inclusão da família nesse processo de ensino do surdo, pois a família deve ser o primeiro espaço sinalizado (aos familiares deve ser possibilitado, pela escola/sistemas de ensino, estarem incluídos; são necessários momentos de sensibilização; é preciso que sejam oferecidos cursos de Libras e oportunidades de interação com a comunidade surda).

Estas estratégias já foram pontuadas por muitos pesquisadores, tais como Slomski (2011, p.66) que ressalta que o ambiente educacional para o surdo deve ser um ambiente sinalizado, por isso defende que esse ambiente seja a escola bilíngue, pois só em uma escola organizada para a educação bilíngue do surdo, estas estratégias poderão ser postas em prática. Ou seja, no modelo de inclusão que se tem hoje na maior parte do país, com poucas exceções de lugares que tem escola bilíngue⁸, com os surdos espalhados por todas as escolas comuns, as estratégias ressaltadas acima acabam sendo uma impossibilidade.

Por conta das dificuldades nesse modelo atual de educação inclusiva, com surdos em salas de ouvintes, sem professores bilíngues ou intérpretes, com AEE em SRM⁹, entre outras, é que a Comunidade Surda tem lutado pelas escolas bilíngues, por reconhecer que somente nesse espaço há a possibilidade de haver todos os ajustes necessários para que a educação bilíngue aconteça.

Porém, enquanto não se tem as escolas bilíngues e os surdos tem que vivenciar esse modelo de inclusão, deve-se pensar em estratégias para diminuir o impacto negativo desse modelo para o desenvolvimento linguístico dos surdos. Uma das estratégias é pensar em um modelo de ensino bilíngue a ser executado em SRM como exemplificamos nesse minicurso.

⁸ Em 2015 as escolas bilíngues eram somente 11 no país todo segundo o site <http://www.surdo.com.br/escolas-para-surdos.html>, acessado em junho de 2015.

⁹ Em Marabá, assim como na maior parte do país, o AEE é feito em SRM, e não há intérpretes nas salas de aula comum.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

OBJETIVOS

A) Geral: Este minicurso tem o objetivo geral de apresentar uma organização para o ensino bilíngue em espaço de AEE/SRM.

B) Específicos: tem como objetivos específicos apresentar o ensino bilíngue para surdos com as seguintes características:

- I. O ensino/aprendizado da Libras e da LP em contexto significativo, não com palavras/sinais soltos;
- II. Ensino em momentos didáticos distintos, com a clareza de que são línguas de modalidade e estrutura diferentes;
- II. Uso da Libras como língua de instrução, não apenas como suporte para o ensino de palavras da língua portuguesa;
- IV. Seleção/elaboração de material didático-pedagógico adequado ao ensino de surdos (material imagético).

METODOLOGIA

O minicurso será ministrado com estratégias de apresentação oral utilizando recursos visuais como slides e material pedagógico imagético produzido para o ensino bilíngue, mostrando que é necessária a elaboração de uma sequência didática com atividades que vão aumentando a complexidade, ou seja, começa-se com a Libras mostrando/ensinando um contexto (contexto significativo como um conto, uma fábula, etc.) com imagens/sinais (painéis, jogos da memória, dramatização em Libras, etc.) e depois, para o ensino da Língua Portuguesa o mesmo contexto é trabalhado com atividades que introduzem palavras/conceitos mais significativos do texto, com Imagens/palavras incluindo-se paulatinamente sentenças, parágrafos, etc., até chegar ao texto completo.

RECURSOS MATERIAIS

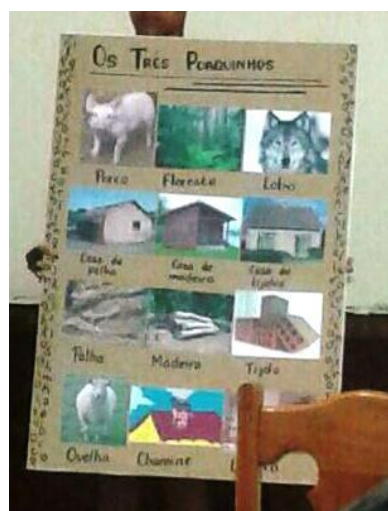
12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

Para o ensino bilíngue é necessário a utilização de materiais pedagógicos e recursos visuais como slides, painéis com imagens-sinais (para o ensino da Libras) e imagens-palavras/sentenças/texto (para o ensino da Língua Portuguesa). Conforme exemplificam as ilustrações abaixo:



Maquete com personagens do conto “Os três porquinhos”



Painel “os três porquinhos”

AValiação

Os participantes do minicurso serão avaliados com um instrumento de avaliação escrito (uma ficha) onde marcarão sua avaliação sobre os conhecimentos adquiridos no minicurso em ruim, regular, bom, excelente; e poderão apresentar sugestões ou complementações a um trabalho de ensino bilíngue para surdos.

REFERÊNCIAS

LACERDA, C. B. F. SANTOS L. F. CAETANO, J. F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. Lacerda, C. B. F., SANTOS, L. F. (Orgs.), São Carlos: EdUFSCar, 2013.

_____. LODI, Ana Cláudia Balieiro. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: **Uma escola, duas línguas: letramento em Língua Portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização**. LODI, A.C.B. e LACERDA, C. B. F (Orgs.), Porto Alegre: Mediação, 2010.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

LODI, Ana Cláudia Balieiro. Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos. In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. Lacerda, C. B. F., SANTOS, L. F. (Orgs.), São Carlos: EdUFSCar, 2013.

MOURA, M. C. de. **Surdez e linguagem**, Coleção UAB–UFSCar, Pedagogia, Língua brasileira de sinais – Libras. São Carlos: [S.n.], 2011.

QUADROS, R. M. de. CRUZ, C. R. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

_____ ;SCHMIEDT, Magali L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: Secretaria de Educação especial, 2006.

SÁ, N. R. L. A. **A educação dos surdos**: a caminho do bilinguismo. Niterói: Eduff, 1999.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem**, São Paulo: Plexus, 2007.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos**: concepções e implicações práticas. Curitiba, Juruá, 2011.